ALGUMAS REFLEXÕES ACERCA DA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA À LUZ DA OBRA *A MISTIFICAÇÃO PEDAGÓGICA: REALIDADES SOCIAIS E PROCESSOS IDEOLÓGICOS NA TEORIA DA EDUCAÇÃO*

Mara Cristina Pereira (PPGEdu/UFMT) – mara.mariano14@gmail.com
Natalícia Júlia Marques (PPGEdu/UFMT) nataliciajulia1@gmail.com
GT 3: Educação e Diversidades Culturais

Resumo:

O presente artigo propõe uma análise e discussão de alguns dos importantes aspectos da Educação para além da sistematização ensino-aprendizagem adotada por muitas das práticas pedagógicas do século XX e século XXI. Como tais práticas ainda são comumente encontradas na contemporaneidade foi considerado importante neste trabalho trazer um aprofundamento na discussão da temática em questão. Desta forma, será realizada uma análise do sentido socioeconômico e, sobretudo, político que a educação tem, bem como este sentido articula- se com as múltiplas relações interacionais existentes em nossa sociedade. Para fomentar a discussão e a reflexão consideradas necessárias nesta temática tão ampla e complexa, a obra *A Mistificação Pedagógica: realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação* do renomado autor francês Bernard Charlot (1979) será o aporte teórico principal. Também referenciais teóricos de renomados autores que dialogam com a Educação e com a Pedagogia desde o recorte temporal estabelecido até atual conjuntura educacional serão abordados como contribuição imprescindível à reflexão pretendida neste artigo. Percebe-se, ao longo da discussão suscitada e analisada neste trabalho, sobretudo, a necessidade de rompimento com práticas pedagógicas pautadas em misticismo-crenças.

Palavras-chave: Educação. Mistificação pedagógica. Significação política. Transformação social.

1 Introdução

Sem dúvida a Educação é uma das Políticas Públicas consideradas mais complexas no Brasil e no mundo, devido ao caráter amplo de sua dimensão política, a qual, segundo Bernard Charlot (1979) , abrange à formação dos indivíduos desde a infância com a intenção de promover a socialização e a interação com o mundo. Mundo no qual eles um dia estarão adultos e o encontrarão esquematizado seguindo uma estruturação já determinada e envolvendo aspectos sociais, econômicos e políticos. Lembrando que essas condições são históricas e pré-determinadas pelas condições materiais postas historicamente. A discussão sobre métodos, práticas didático-pedagógicas, práxis docente, legislações e diferentes concepções vêm sendo discutidas aos longos dos anos e por vários pensadores da Educação e

de outras áreas do conhecimento, assim, ela não se limita ao campo de atuação fechado em si mesma, muito menos se restringe à prática sistematizada e epistemológica formal na qual a pedagogia apreende a dimensão política da educação enquanto processo cultural em detrimento de sua significação política e social.

Pensar a Educação é extrapolar a limitação da visão de uma pedagogia positivista, a qual tem dificuldade em ultrapassar regras e normatizações e com isso corrobora na manutenção do status quo com um ensino tecnicista intencionalmente, colaborando, assim, para a alienação dos sujeitos e para uma formação calcada simplesmente em produzir mão de obra para o mercado de trabalho. Contribuir na construção de uma sociedade emancipada requer pensar práticas pedagógicas sob um referencial teórico, necessita de educadores conscientes do seu importante papel enquanto articuladores entre o saber e fazer comprometido com a transformação dos sujeitos articulado com a dimensão política no sentido de cidadania em sua total plenitude, com cunho ideológico crítico-reflexivo e não sectário.

Longe de esgotarmos a temática aqui abordada, a proposta deste artigo é discorrer sobre a Educação na contemporaneidade em uma perceptiva analítica e reflexiva e com o propósito de entender melhor os conflitos e embates existentes no universo educacional. Os procedimentos teórico-metodológicos pautaram-se majoritariamente no levantamento e análise dos conceitos apresentados na obra *A Mistificação Pedagógica: realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação* do autor francês Bernard Charlot (1979), articulados a outras teorias e concepções que apresentem confluência com o objetivo principal deste artigo.

A escolha dessa obra específica do autor francês ocorreu devido à abordagem clara e lúcida contida nela, pela análise essencial feita pelo autor sobre algumas das problemáticas que causam embate na relação docente-discente e pela identificação de fatores importantes correlacionados com a Educação numa perspectiva mais ampla, a qual considera as condições materiais e sociais dos educandos. Outros importantes conceitos de renomados autores que dialogam com a temática abordada far-se-ão necessários, uma vez que agregam riqueza à contextualização, à fundamentação, à reflexão e à discussão levantada.

Faz-se importante destacar o quanto a referida obra, a qual respalda teoricamente este trabalho, encontra-se atual; ela não só acompanha as transformações societárias, mas também apresenta colocações de Charlot (1979) no que tange à necessidade de uma Educação

contemporânea articulada a uma significação política desenvolvida por meio de práticas pedagógicas nos espaços escolares. Sobretudo, o pensamento do autor francês chama a atenção para o papel ideológico encontrado nas concepções pedagógicas atuais, uma ideologia perceptível pela ausência de posicionamento político por parte da comunidade escolar, cuja consequência mais preocupante é a reprodução e a naturalização das desigualdades sociais advindas do sistema capitalista.

Assim, a escolha da obra *A Mistificação Pedagógica: realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação* ocorreu por ela apresentar subsídios importantes a uma leitura da realidade a qual ultrapasse a visão dos fenômenos sociais em uma perspectiva puramente cultural e ideologicamente mistificada, contribuindo, dessa maneira, com uma Educação crítico-reflexiva cuja transmissão do conhecimento possa de fato apresentar elementos para emancipação humana e para uma sociedade mais justa e igualitária.

2 Século XX: (re) construções de práticas pedagógicas pautadas em crenças ideológicas

Há muitas definições para a Educação, mas interessa para a discussão e reflexão que este artigo visa promover o conceito que abrange e reconhece as práticas educativas para além de ações meramente pautadas nos processos de ensino-aprendizagem, ou seja, uma Educação pensada em entender os indivíduos que já trazem suas trajetórias para a sala de aula, pautado em um referencial teórico cuja práxis pedagógica possibilite a construção de uma subjetividade humana por meio de uma racionalização que extrapole a dimensão instrumental positivista. A escola enquanto espaço cultural e de conhecimento, visa propiciar e mediar atividades contemplativas de desenvolvimento das competências e habilidades que cada ser singular é dotado, respeitando as limitações e promovendo o senso crítico-reflexivo necessário na transformação da sociedade e na emancipação humana.

Neste primeiro capítulo - para uma melhor análise e compreensão da Educação sob a perspectiva da obra *A Mistificação Pedagógica: realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação* do autor francês Bernard Charlot (1979), faz-se necessária uma breve contextualização dos fatores sociais, econômicos e culturais que influenciaram, mais acentuadamente no Ocidente, a história da humanidade recente. As contradições sociais ocasionadas pelo advento e o fortalecimento do regime econômico capitalista foram evidenciadas com mais afinco no século XX. Surpreendente, ou não, o século das inovações

tecnológicas e cientificas não resultou em uma sociedade liberta e emancipada. Isso ocorreu, em boa parte, pela decadência do projeto Iluminista, o qual foi um importante marco da modernidade quando mudou o foco do teocentrismo (Deus no centro das coisas) para o Teocentrismo (homem no centro das coisas). Assim, após um período turbulento, nos quais o mundo presenciou revoluções, transformações socioculturais, econômicas, políticas e do avanço técnico-cientifico, a ascensão de uma nova ordem economicamente dominante - a qual evidenciaria muito mais o abismo existente entre as classes sociais - ganhou força e, sob a égide do Estado, prevalece até nos dias atuais.

Importante à compreensão clara que no século XX houve o acirramento das consequências desastrosas acarretadas pelo capitalismo em sua fase monopolista, evidenciando, assim, a desigualdade entre a classe trabalhadora e a classe dominante. Isso ocorreu devido ao desenvolvimento da indústria por meio da Revolução Industrial, sendo que este período é considerado como um divisor de águas para a acentuação do antagonismo entre burgueses e proletariado, bem como o agravamento das expressões da questão social. Entretanto, no século XIX o regime econômico de sociedade de mercado já mostrava a mudança de paradigma de valores morais, sociais, culturais, entre outros, para o valor mensurável enquanto elemento central nas relações humanas. Tal afirmação advém da sistematização e da teorização dos estudos do pensador Karl Marx, nos quais ele fundamentou importantes conceitos e teorias para a compreensão do modo de produção capitalista e o impacto dele nas sociedades que o tinham enquanto regime econômico. Além do legado deixado por Marx, à influência do pensador alemão nos estudos e concepções de vários autores desde o século em que viveu até o presente século é notória e vital para a construção de novos mecanismos de combate a esse despautério opressor imposto pela classe dominante e seus aliados.

O embate entre capital versus trabalho aflorou devido à diferença gritante entre as duas classes, sobretudo as relacionadas com o poder aquisitivo da classe detentora dos meios de produção. Com a percepção do abismo existente entra as duas classes sociais predominantes, a classe intermediária escolhe a que tem mais identificação, sendo que a classe trabalhadora era a mais atingida, uma vez que, conforme aponta Netto (2001, p. 42), “a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas”. O autor refere-se ao fato de o capitalismo produzir riqueza e precisar na mesma proporção produzir pobreza para alimentar sua sede insaciável de poder; pois ele atende a seus próprios interesses e faz concessões para a classe trabalhadora apenas por interesse da manutenção de seus privilégios

desmedidos e por meio da exploração dos trabalhadores. O alto preço que a classe trabalhadora paga, além da desvalorização de sua mão de obra, é a expropriação de seus bens culturais, de suas relações familiares e de seu tempo livre, comprometendo, dessa forma , o seu pensar e o seu refletir sobre sua situação e seu real lugar social no mundo.

Mediante a tensão causada nesse embate entre as classes antagônicas, o Estado brasileiro foi obrigado a intervir e conceder alguns "direitos" aos trabalhadores através de Políticas Públicas e de outras formas. Importante entender que a conjuntura socioeconômica brasileira passava por um marcante processo de transformação neste período, conforme explica Santos (2010):

> No Brasil, políticas e ações voltadas para a configuração de um projeto nacionalizador podem ser identificadas nas primeiras décadas do século XX, manifestadas em diversos setores da sociedade, buscando inculcar ideias e valores que resultariam numa homogeneização necessária para que o país ingressasse na modernidade. (SANTOS, n 24, set./dez. 2010)

A inauguração de um novo mecanismo colocado pelas partes interessadas (Políticos, Burgueses, Mídia e Igreja) passaria a ser utilizado no controle das greves trabalhistas, das manifestações populares e na manutenção do individuo alienado da consciência de sua classe, que engloba todos os trabalhadores, independente de cargos e salários, já que ser capitalista é ser detentor dos meios de produção. Cabe ressaltar que esse controle das massas é parte de um projeto que vem sendo alimentado e aprimorado para objetificar o ser humano cada vez mais e com isso aumentar lucros e dar a ilusão que o mundo moderno é um lugar melhor que outrora.

Neste contexto do agravamento da questão social, a Educação é chamada para atender a nova demanda emergente da classe trabalhadora, porém essa Educação não era desprovida de intencionalidade; ela se utilizava, e ainda se utiliza do tecnicismo educacional para formar trabalhadores em massa, privados de liberdades culturais e intelectuais, com baixos salários, com usurpação do excedente do trabalho produzido do por eles e poucos ou nenhum direitos. Todos os fatores apresentados neste capítulo fizeram destacar duas importantes concepções pedagógicas: Escola Tradicional e Escola nova.

2.1 Escola Tradicional e Escola Nova: A oposição pedagógica sem resultados críticos-reflexivos- emancipatórios

Neste subcapítulo, será realizado um breve contrapondo entre a chamada Escola Tradicional e a Escola Nova já que elas tiveram mais destaque no que tange às práticas pedagógicas no período do acirramento das lutas da classe trabalhadora e do crescimento e opressão das classes dominantes em resposta a resistência do proletariado frente à exploração capitalista. Dessa forma é importante entender que o resultado da massificação escolar deflagrada no século passado afetou a sociedade como um todo, mas, especificamente com a Educação, ela sofreu mudanças significativas. Antes do contexto de industrialização ocorrido no Brasil no início do século XX, a educação escolar contemplava somente, ou pelo menos em uma maioria esmagadora, à classe dominante. Entretanto, no novo cenário industrial brasileiro, a Educação foi desafiada a atender aos filhos/ filhas e até mesmo aos próprios trabalhadores que surgiam como mão de obra desvalorizada e explorada para o mercado de trabalho. Cabe ressaltar que o direito educacional dado aos indivíduos nesta época, conforme coloca Saviani (1991), era pra atender à classe burguesa, a qual durante um longo período foi à classe oprimida até ascender ao poder.

Outra característica dessa educação evidenciada no início do século passado era o dualismo existente com objetivos diferentes: sendo que uma delas atendia a classe elitizada, cuja intenção era preparar para vida acadêmica, e a outra atendia aos filhos/as dos/as trabalhadores/as com um ensino tecnicista, não no sentido teórico-cientifico, mas com vistas a atender as diversas vagas da indústria, do comércio, dos serviços, dentre outros. O que as uniam era, e muitas vezes ainda é na atualidade, o fato de ambas se utilizarem de normas e prática pedagógicas destituídas dos contextos sociais dos indivíduos em seus processos educacionais.

Assim, em oposição a Escola Tradicional, o movimento internacional chamado Escola Nova surgia com o propósito de quebrar a hegemonia das práticas pedagógicas da então primeira escola que reinou absoluta até o fim do século XIX. A concepção que a escola Tradicional trabalhava era pautada, e ainda é fortemente encontrada na atualidade, em práticas pedagógicas com foco na memorização de conteúdos, da ideia do aluno enquanto tábula rasa, da visão do professor como detentor do conhecimento em uma relação vertical e não horizontal como deveria ser. A Pedagogia Histórico-Crítica observa e faz uma crítica aos métodos utilizados nessa concepção pedagógica, nas palavras de um de seus principais idealizadores, Saviani:

> Esse ensino tradicional que ainda predomina hoje nas escolas se constituiu após a revolução industrial e se implantou nos chamados sistemas nacionais de ensino, configurando amplas redes oficiais, criadas a partir de meados do

> século passado, no momento em que, consolidado o poder burguês, aciona-se a escola redentora da humanidade, universal, gratuita e obrigatória como um instrumento de consolidação da ordem democrática. (SAVIANI, 1991. p.54)

Já o movimento da Escola Nova no Brasil, no inicio do século XX, trouxe uma nova proposta pedagógica no processo de ensino-aprendizagem, e, para superação do método tradicionalista, apresentou práticas pedagógicas inovadoras: seus métodos reconheciam os/as alunos/as como agentes participativos no processo de ensino-aprendizagem, o professor agora seria um mediador e não mais o detentor absoluto do conhecimento, os conteúdos escolares passariam a pensar em atividades participativas, ou seja, uma proposta oposta ao tradicionalismo educacional pautado no que Lourenço (1978, pag.15) explica como "os alunos são levados a aprender observando, pesquisando, perguntando, trabalhando, construindo, pensando e resolvendo situações problemáticas". Assim, é possível notar o paradoxo encontrado na Escola Nova; a contradição interna que atravessa de ponta a ponta sua proposta pedagógica: de tanto endeusar o processo, de tanto valorizá-lo em si e por si, acabou por transformá-lo em algo místico, uma entidade metafísica, uma abstração esvaziada de conteúdo e sentido.

A oposição entre as concepções pedagógicas Escola Tradicional e Escola nova, independente de críticas aos respectivos modelos, tem em comum o seguinte fato: a Educação chamada a atender nova demanda surgida da classe trabalhadora no século passado tem suas consequências até nos dias de hoje, é o triste resultado do projeto internacional liberal em uma de suas muitas facetas, por não oferecer um ensino dissociado do todo que contempla e enriquecem as práticas educacionais, ela incide na limitação de visão de mundo dos sujeitos, conforme afirma Gramsci (1999, p. 94) "Quando a concepção do mundo não é crítica e coerente, mas ocasional e desagregada, pertencemos simultaneamente a uma multiplicidade de homens-massa" ou "homens coletivos".

2.2 Educação contemporânea: desmistificar o fenômeno é mais importante do que criticá-lo

Na importante obra *A Mistificação Pedagógica: realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação,* do autor Francês Bernard Charlot (1979), nos deparamos com uma explanação esplêndida sobre o modelo vigente de educação, modelo esse pautado

numa crença mística da pedagogia distanciada da realidade social dos alunos e de sua função precípua: promover conhecimento além do processo ensino/aprendizagem com objetivo a transformações dos sujeitos e da sociedade. Logo na introdução do livro, o autor chama a atenção ao e fato de a Educação ser política na perspectiva que ela socializa cultura e influencia na construção da personalidade das crianças até a vida adulta, proporcionando a necessária consciência dos sujeitos e promoção da libertação e da transformação humana, o quê contribuiria para a construção de uma sociedade mais justa e com menos desigualdades sociais.

Essa evidenciação do cunho político da educação não foi bem recepcionada pela comunidade educacional na época de sua primeira divulgação; tal quais os defensores atuais da "Escola sem partido", os opositores desta ideia defendida por Charlot utilizaram-se da laicidade assegurada na Constituição Federal (1988) para ignorarem o debate e mantarem a pseudoneutralidade que sabemos não ser possível; ela não existe, só mascara o posicionamento real dos sujeitos por motivos variados. Quanto ao uso do conceito laico tipificado na Constituição Federal, ele não tem o sentido denotativo que eles tentaram se amparar em suas argumentações.

Uma das ideias centrais da obra *A Mistificação Pedagógica: realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação* está na identificação do abismo existente entre a prática pedagógica e a realidade social dos alunos, os quais, muitas vezes, não têm respeitado seus lugares na sociedade, tampouco as suas vivências e as suas experiências. Considerar essas condições dos alunos contribui para a formação de uma escola mais atrativa, mais receptiva e, principalmente, com mais práticas pedagógicas que os contemplem num universo real e com sentido para eles, Franco (2012) ressalta a importância do alcance dessas necessidades:

> Esta é uma questão fundamental para aqueles que pretendem uma boa escola e bons professores, que produzam aprendizagens significativas para os alunos: a formação não se dá no vazio; a prática docente não se institui no vazio de relações, não se estabelece na neutralidade política (FRANCO, 2012, p. 111).

Até mesmo uma banalização pedagógica é utilizada no enfraquecimento da construção ideológica nas escolas. Negar o aspecto político da educação é negar a própria realidade já que tudo no mundo é político (não confundir com politicagem ou sectarismo), nas palavras de Charlot (1979, pag.11) "Tudo é política, pois a política constitui certa totalização do conjunto

das experiências vividas numa sociedade determinada". Isso quer dizer que desde eventos importantes até alguns do cotidiano tem um cunho político. Outro fato importante apontado por Charlot (1979) diz respeito a uma contradição na teorização que busca o desenvolvimento da criança de maneira humanizada, mas que não valoriza o pertencimento social dela. Ao analisarmos essa situação contraditória, percebemos que ela também não coaduna com os conceitos apresentados por importantes pensadores que falam a respeito do reconhecimento de práticas amparadas na concepção materialista histórica dialética marxista Marx (2008), na concepção dialógica bakhtiniana, Bakhtin (2003), na concepção libertadora freireana, Freire (1986), na concepção sociointeracionista, Vygotsky (1998) e na concepção pedagógica histórico-crítica, Saviani (2012), entre outras importantes concepções. Obviamente essas concepções precisam ser trabalhadas intercaladamente com a teoria e a cientificidade da Pedagogia enquanto importantes elementos em sua práxis profissional.

Charlot (1979), em suas pesquisas sobre a educação, identificou que educadores e alunos não falam a mesma língua; isso porque, segundo o autor francês, o método de avaliação por notas desconsidera a participação dos discentes, suas limitações e as suas condições sociais (com as diversas estratificações sociais) – condições sociais essas que lhe são históricas e determinadas materialmente. Charlot deixa claro que seus estudos não têm a intenção de apontar possíveis culpa de educadores ou de alunos; como também não pretende apreendê-los como vítimas. Na verdade, a preocupação do autor francês consiste em entender os fenômenos - de maneira não dissociada dos contextos e das condições em que os alunos encontram-se inseridos. Amaro (1997) traz uma importante contribuição a esta ideia do autor:

> É inegável que a educação tem um papel preponderante na formação do cidadão e que só se constrói consciente e criticamente. Para tanto, é fundamental que a escola conheça a realidade social de seu aluno e encurte a distância que a separa, inclusive do universo familiar. (AMARO, 1997)

Dessa forma, a colocação da autora coaduna com a ideia de Charlot (1979) que mostrou modelos das duas classes sociais antagônicas e como elas refletem suas características, com destaque, entretanto, à necessidade de um cuidado maior com crianças, que devido estarem em um processo de formação, inevitavelmente estão mais suscetíveis a sofrerem influencia dos dois grupos. Por esse motivo o autor francês destaca a importância da educação se posicionar a favor do papel político em suas práticas pedagógicas.

3 Práticas pedagógicas para além dos muros da escola enquanto importante contribuição

A Educação enquanto um fenômeno sociocultural e pedagógico, que permeia a história da humanidade e se efetiva em diferentes espaços sociais, os quais contemplam diversas áreas do saber, tem o privilégio em poder contribuir ricamente com as transformações necessárias à libertação e à emancipação humana. A Educação perpassa outros campos da vida extraescolar, podemos a encontrar constantemente em nosso cotidiano, pois ela não se limita a sistematização encontrada em sua abordagem pedagógica formal. Ela também dialoga com outras Políticas Públicas, uma vez que ela se encontra dentro dos direitos sociais garantidos no Artigo 6º da Constituição Federal (1988):

> São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a maternidade e a infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 05 jan. 2004).

A necessidade da articulação constante entre essas Politicas que atuam na efetivação desses direitos consiste, principalmente, na rica interação pretendida por elas e na significação política contidas em suas atuações, ainda quem em algumas delas o sentido político seja menos acentuado. Essas Políticas Públicas foram pensadas numa visão macro que contemplasse tanta a singularidade dos sujeitos quanto o coletivo, e, embora estejamos longe do ideal, é o mais próximo que chegamos até hoje de igualdade e justiça social conquistado no recente processo de redemocratização que ocorreu no Brasil. Cabe destacar que essas Políticas estão sofrendo grande retrocesso e uma avassaladora desvalorização na atual conjuntura socioeconômica brasileira, mais um motivo, senão o maior, para a Educação fortalecer seus laços com as demais áreas que se utilizam de práticas pedagógicas, bem como fazem uso de sua rica cientificidade.

Sendo assim, torna-se fundamental que a escola comece a conhecer mais amplamente a realidade social de seus alunos, realizar a ponte entre família, escola e sociedade, é preciso evitar as práticas pedagógicas que incorram na manutenção do poder vigente, evitar que se faça da escola um lugar de tecnicismo que visa atender os interesses esdrúxulos do capital transvestido da falácia da meritocracia, da lógica de gestão da escola No que tange às praticas pedagógicas, observava-se a necessidade urgente de uma práxis profissional que destoe da

inércia que assola o meio escolar, ou seja, um posicionamento ideológico pautado em um referencial teórico que reflita positivamente nas ações docentes e demais ações que também permeiam outros espaços sócio-ocupacionais além das instituições de ensino institucionais.

Um importante fator merecedor de destaque nos embates educacionais contemporâneos é sobre o posicionamento docente nas escolas, sobretudo o/a do/a educador/a que reconhece e atua em prol da educação como significação política, coadunando, assim, com a visão de Freire (1986) no que tange à importância do/a educador/a enquanto mediador/a do conhecimento, o qual necessita extrapolar a limitação de conteúdos normativos e promover o conhecimento imprescindível na transformação humana e na formação dos sujeitos com consciência política. Importante destacar que não há um modelo hegemônico nas sociedades a respeito de comportamentos, já que classes sociais distintas se enfrentam constantemente, sendo divididas em duas classes principais: dominante e dominada.

4 Considerações finais

Ao término da discussão levantada nesse artigo, é possível constatar a importância da obra *A Mistificação Pedagógica: realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação* para o entendimento e para a reflexão da Educação enquanto Política Pública, com sentido político, com práticas pedagógicas alinhadas às concepções educacionais que considerem as condições materiais e históricas dos sujeitos, bem como as construções multiculturais- sociointeracionais enquanto fatores primordiais nas relações humanas. Outro aspecto merecedor de destaque é a valorização da intersetoriedade entre as Políticas Públicas que compõe os direitos sociais, pois as práticas pedagógicas não são exclusivas da Educação formal, muito menos estão presentes somente entre os muros das instituições formais de ensino.

Assim, também é notória a necessidade de um aprofundamento teórico para um melhor embasamento da práxis profissional docente e de práticas pedagógicas críticas- reflexiva. Urge que a pedagogia se liberte da mistificação a qual alimenta a neutralidade no meio escolar embasada em um referencial teórico, com posicionamento político e reprodutora de práticas pedagógicas consoantes com uma racionalização objetiva-subjetiva capaz de promover libertação da classe trabalhadora do grilhão que a aprisiona há séculos em uma espécie de bolha hegemônica, a qual lhe rouba sua singularidade, sua cultura, sua experiência, sua

vivência, sua liberdade e, até mesmo, a consciência de que e como isso acontece. Por fim é importante deixar claro que a dimensão política da educação tem significação sociocultural, mas também tem um sentido político.

5 Referências

AMARO, Sarita Teresinha Alves. **Serviço Social na escola: o encontro da realidade com a educação.** Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1997.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** 9ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 05 jan. 2004.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Os gêneros do discurso**. In: _____. Estética da criação verbal. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

CHARLOT, Bernard. **A Mistificação Pedagógica: realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação** : **realidades sociais e processos ideológicos na Teoria da Educação**. Rio de Janeiro: Zahar. 1979.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1999. v. 1.

FRANCO, Maria Amélia do Rosário Santoro. **Pedagogia e prática docente**. SãoPaulo: Cortez. 2012.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1986.

LOURENÇO FILHO, Manuel Bergström **.Introdução ao estudo da Escola Nova.** 13. ed. São Paulo: 15 Edições Melhoramentos, 1978.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política – o processo de produção do capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

NETTO, J. P. **Cinco notas a propósito da questão social**. Temporalis. Revista da ABEPSS, Brasília, v. 2, n. 3, 2001.

SANTOS, Ademir Valdir dos. **Educação e nacionalismo: configurando a escola primária catarinense na Era Vargas**. Revista Brasileira de História da **Educação,** n 24, set./dez. 2010.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia.** 24. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

SAVIANI, Dermeval. **A Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch**. A formação social da mente. Tradução**: José Cipolla Neto, Luis Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche. São Paulo-SP: Martins Fontes, 1998.